Pragmática para o discurso literário

Dominique Maingueneau

Tradução
MARINA APPENZELLER

Revisão da tradução
EDUARDO BRANDÃO

Martins Fontes
São Paulo 1996

1. Noções de pragmática

Uma preocupação antiga

Na confluência de reflexões de diversas procedências, a pragmática dificilmente se deixa circunscrever. Por um lado, tem-se a impressão de que ela só invadiu recentemente as ciências humanas; por outro, ouve-se evocá-la para reflexões sobre a linguagem que são bem antigas. De fato, não se confundirá a consideração de fenômenos hoje considerados como pertencentes à pragmática com a constituição de uma trama conceitual deliberadamente pragmática. Desde a emergência na Grécia de um pensamento lingüístico, assistiu-se à manifestação de um grande interesse por aquilo que se refere à eficácia do discurso em situação. A retórica, o estudo da força persuasiva do discurso, inscreve-se plenamente no campo que a pragmática baliza atualmente. Seria possível descrever esquematicamente a história da reflexão européia sobre a linguagem como a conseqüência dessa dissociação fundadora entre o *lógico* e o *retórico*. O primeiro, articulado sobre uma ontologia, coloca-se a questão das condições do enunciado verdadeiro através de uma análise da proposição; o outro, apanágio dos sofistas e dos retóricos, deixa de lado a questão da verdade para apreender a linguagem como discurso produtor de efeitos, como poder de intervenção no real.

Entretanto, as duas vias muitas vezes interferem uma na outra. Na célebre *Lógica* dita "de Port-Royal"[1], insi-

1. A. Arnauld e P. Nicole, *La logique ou l'art de penser*, 1662 (texto remanejado até a edição de 1683), reed. Flammarion, 1970.

nuam-se, ao lado de desenvolvimentos propriamente lógicos, considerações de ordem nitidamente pragmática. Por exemplo, as seguintes:

> Muitas vezes acontece que uma palavra, além da idéia principal que se considera como a significação própria dessa palavra, excite muitas outras idéias que se podem chamar acessórias, às quais não se presta atenção, embora o espírito receba sua impressão. Por exemplo, quando se diz a uma pessoa, mentistes, e não só se considera a significação principal dessa expressão, é o mesmo que se lhe dissesse: sabeis o contrário do que dizeis. Mas, além dessa significação principal, essas palavras carregam no emprego uma idéia de desprezo e ultraje e fazem com que se acredite que aquele que no-las disse não se incomoda se nos ofende, o que as torna injuriosas e insultantes.
>
> (I, XVI)

Aqui, graças ao conceito de "idéia acessória", os autores tentam separar o conteúdo proposicional do enunciado e o que se chamará mais tarde sua "força ilocutória", no caso, seu valor de insulto. Por aí mesmo, trata-se de levar em consideração a complexidade do "emprego" da língua, ao mesmo tempo em que se preserva a autonomia e a primazia do lógico. Na mesma ordem de idéias, os lógicos de Port-Royal interrogam-se sobre o poder enigmático que tem a enunciação da fórmula "*hoc est corpus meum*" (este é meu corpo) de transformar de fato, para o fiel, o pão no corpo de Cristo.

Ao longo de sua longa história, a própria gramática não deixou de levar em conta um grande número de fenômenos hoje abordados pela pragmática. O estudo do modo, do tempo, da determinação nominal, do discurso relatado, das interjeições, etc. supunha a consideração da atividade enunciativa. A preocupação essencialmente morfossintática da tradição gramatical, porém, rejeitava para a periferia o caráter pragmático desses fenômenos. Desse modo um elemento como *francamente* em *Francamente, o que você acha?* era encarado, antes de mais

nada, como "advérbio de frase", isto é, por sua natureza e por seu alcance, não através de seu valor interlocutório.

De modo muito grosseiro, seria possível ver na reflexão pragmática um esforço para repensar a ruptura entre o lógico e o retórico, ou, quando ela se torna mais deliberadamente lingüística, para repensar a ruptura entre a estrutura gramatical e sua utilização. Em outras palavras, existe pragmática lingüística quando se considera que a utilização da linguagem, sua apropriação por um enunciador que se dirige a um interlocutor num contexto determinado, não se acrescenta de fora a um enunciado de direito auto-suficiente, mas quando a estrutura da linguagem é radicalmente condicionada pelo fato de ser a linguagem mobilizada por enunciações singulares e produzir um certo efeito dentro de um certo contexto, verbal e não-verbal.

A distribuição entre as múltiplas escolas da pragmática lingüística opera-se, aliás, com base nisso. Num pólo estão os minimalistas, os que fazem do pragmático um componente entre outros da lingüística, ao lado da sintaxe e da semântica. No outro pólo, encontram-se os que distribuem o pragmático pelo conjunto do espaço lingüístico; a partir de então, não existem mais fenômenos lingüísticos que possam lhe escapar. Essa confusão, contudo, é ainda mais agravada pelo fato de que os lingüistas não são os únicos envolvidos pela pragmática. De fato, se a definirmos como o "estudo da linguagem em contexto", isso em nada prejulga a disciplina que deve se encarregar desse estudo; do sociólogo ao lógico, as preocupações pragmáticas atravessam o conjunto das pesquisas que tratam do sentido e da comunicação. Dessa forma, muitas vezes se vê a pragmática ultrapassar o contexto do discurso para se tornar uma teoria geral da *ação* humana.

Esses fatores de diversificação permitem compreender por que a pragmática se apresenta como um conglomerado de campos permeáveis uns aos outros, todos preocupados em estudar "a linguagem em contexto". Inegavelmente existem certos traços recorrentes, alguns nós conceituais privilegiados, mas que são objeto de elaborações variadas.

Semântica e pragmática

A delimitação da pragmática como campo específico do estudo da linguagem normalmente é atribuída não a um lingüista, mas ao filósofo e semiótico americano C. Morris (*Foundations of the Theory of Signs*, 1938), que, no contexto de uma teoria geral da "semiose", da significação, dividia a apreensão de qualquer linguagem (formal ou natural) em três campos:

1) a sintaxe
2) a semântica
3) a pragmática

que correspondem às três relações fundamentais que os signos mantêm: com outros signos (*sintaxe*), com o que designam (*semântica*) e com seus utilizadores (*pragmática*).

O pensamento de Morris não é unívoco. Parece hesitar entre a idéia de que o componente pragmático atravessa o componente semântico (nesse caso, os signos teriam ao mesmo tempo uma dimensão pragmática e uma dimensão semântica) e a idéia de que ele se preocupa apenas com um conjunto de fenômenos residuais de ordem psicossociológica abandonados pela sintaxe e pela semântica. Porém, como acontece muitas vezes, a versão mais pobre da tripartição de Morris é que foi retida: a pragmática foi concebida como a disciplina anexa que se interessaria pelo que os usuários *fazem* com os enunciados ("pragmática" vem do grego *pragma*, "ação"), enquanto a semântica deveria tratar de seu conteúdo representativo, identificado às suas "condições de verdade", isto é, às condições exigidas para que os enunciados sejam verdadeiros.

Nessa concepção, a pragmática é dissociada da semântica, o uso é separado do sentido, o "dizer" do "dito". Adivinha-se que o debate vai se concentrar nesse corte, entre os que querem fazê-lo desaparecer e os que querem mantê-lo. Existe uma parte do componente semântico que escapa ao pragmático? Se existe, qual é? É possível

apreender o sentido de um enunciado independentemente de sua enunciação? Para muitos, a posição de compromisso mais facilmente admissível consiste em distinguir uma semântica de representação, que estudaria as condições de verdade de uma frase, e uma semântica "pragmática", que levaria em consideração o que escapa à primeira: em particular, os "embreantes"*, que iremos evocar logo adiante. A pragmática seria assim apresentada como o estudo não das frases como *tipos*, fora de contexto, mas das *ocorrências* das frases, desse acontecimento singular que cada ato de enunciação é.

A reflexão pragmática apresenta-se pois como um trabalho de *articulação* de campos tradicionalmente separados pelo saber. Uma das dicotomias fundamentais sobre as quais se exerceu sua crítica é a dicotomia entre enunciado e contexto. Isso se traduziu em particular pela atenção dada àquilo que os lógicos chamam "elementos indiciais" e os lingüistas, na esteira de Jakobson, "embreantes": *eu*, *tu*, dêiticos temporais (*agora*, *amanhã*...) ou espaciais (*aqui*, *à esquerda*...). Esta é uma problemática bem conhecida que sublinha que existem unidades lingüísticas cuja interpretação passa necessariamente por uma consideração de sua "ocorrência".

Na verdade, não é tanto o fato de esses embreantes terem um referente diferente a cada enunciação que tem aqui força crítica, mas, antes, suas conseqüências sobre nossa apreensão das línguas naturais: uma língua aparece como um sistema organizado a partir de um foco, a própria atividade enunciativa, tão rigorosamente inscrita na língua quanto a sintaxe ou a morfologia. Decerto, o *tu* adquire toda vez um novo valor, mas a necessidade de relacionar o enunciado a um destinatário impõe-se a qualquer enunciação; decerto, a referência de um grupo nominal como "o menino" vai variar de acordo com as enunciações, mas as regras em virtude das quais o destinatário pode determinar o referente de um nome precedido de um artigo definido só podem ser constantes.

---

* Em francês, *embrayeurs*. (N. do E.)

Só por si, a consideração dos embreantes não bastaria certamente para proporcionar toda a força à corrente pragmática. O impulso decisivo veio da reflexão sobre os **atos de linguagem**, que foi mais longe no questionamento da dissociação entre semântica e pragmática, atacando a idéia de que o sentido de um enunciado coincide com o estado do mundo que ele representa, independentemente de sua enunciação. Isso é, em particular, o fruto das pesquisas do filósofo britânico John Austin.

Os atos de linguagem

Em seu livro de 1962, *How To Do Things with Words*[2], Austin começa interessando-se por verbos como *jurar* ou *batizar*, aos quais chama de **verbos performativos.** A singularidade desses verbos é cumprir o que dizem, instaurar uma nova realidade apenas pela sua enunciação. Assim, dizer "eu te batizo", ou "eu juro", é batizar ou jurar; reciprocamente, para cumprir o ato de batizar ou de jurar, deve-se dizer "eu te batizo" ou "eu juro". Tais enunciados não podem ser considerados verdadeiros ou falsos; a respeito deles, podemos apenas nos perguntar se o ato que ao mesmo tempo eles designam e cumprem foi "bem-sucedido" ou não, se houve efetivamente batismo ou juramento. Esses verbos performativos opõem-se aos outros, chamados por Austin de "constativos", que deveriam descrever um estado do mundo independentemente de sua enunciação ("eu corro", "eu amo meu país"...) e podem ser verdadeiros ou falsos. Enfatizando essa classe singular de verbos, Austin pretende criticar "o erro descritivista", segundo o qual a função essencial e até única da linguagem seria representar estados do mundo.

Falamos de "verbos performativos", mas seria melhor falar de *enunciação performativa.* De fato, fora de emprego, não existe verbo performativo. Quando se diz

2. Traduzido para o francês com o título de *Quand dire c'est faire*, Seuil, 1970.

"Paulo batiza as crianças por imersão", "prometi isso ontem", ou "juro muitas vezes", não se realiza qualquer ação; trata-se de enunciados constativos, em que se descreve um estado de coisas independentemente do ato enunciativo. Como se vê, a enunciação performativa implica um presente pontual e um EU. Os dois elementos estão vinculados de maneira crucial, pois a performatividade supõe uma coincidência exata entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, o do dizer e o do dito: quando se diz "eu juro", o EU não se refere ao que fala como a uma pessoa do mundo (como se disséssemos "Paulo" ou "meu irmão"), mas ao próprio enunciador enquanto enunciador.

Aos poucos, porém, Austin vai renunciar a essa distinção entre "enunciado constativo" e "enunciado performativo". Parece-lhe, com efeito, impossível encontrar enunciações despojadas de valor performativo que só representassem o mundo. Até um enunciado que parece puramente descritivo, como "está chovendo", instaura uma realidade nova, realiza também uma ação, no caso, um ato de afirmação. Para Austin, entre "está chovendo" e "afirmo que está chovendo", haveria apenas uma diferença de explicitação; o performativo seria "explícito" no segundo caso e "primário" no primeiro. Decerto ações como "sustentar", "afirmar", "ordenar"... são verbais; não são do mesmo tipo que ações "institucionais" como jurar, batizar ou decretar, mas trata-se nos dois casos de **atos de linguagem** (encontramos também os termos **atos de palavra** e **atos de discurso**).

Daí resulta que qualquer enunciação tem uma dimensão **ilocutória** (ou **ilocucionária**); o "ilocutório" é portanto um conceito mais abrangente que o "performativo". O que se chama de "sentido" de um enunciado associa dois componentes: ao lado do **conteúdo proposicional**, de seu valor descritivo (que será o mesmo em "Paulo vai embora" e "Vá embora, Paulo"), existe uma **força ilocutória** que indica que tipo de ato de linguagem é realizado quando se enuncia, como ele deve ser recebido pelo destinatário: pode se tratar de uma súplica, de uma amea-

ça, de uma sugestão, etc. Falar é, portanto, comunicar igualmente o fato de que estamos nos comunicando, integrar na enunciação a maneira como esta deve ser apreendida pelo destinatário. A interpretação do enunciado só se remata, o ato de linguagem só é bem-sucedido quando o destinatário reconhece a intenção associada convencionalmente à sua enunciação. Assim, para que o ato de ordenar seja bem-sucedido, é preciso e basta que o destinatário compreenda que lhe foi dirigida uma ordem. Pode chegar a isso baseando-se em marcadores unívocos (uma estrutura imperativa ou um "prefixo performativo", como "eu te ordeno"), na entonação ou no contexto.

Austin distingue com maior precisão três atividades complementares na enunciação. Proferir um enunciado é ao mesmo tempo:

– realizar um ato **locutório**, produzir uma série de sons dotada de um sentido numa língua;

– realizar um ato **ilocutório**, produzir um enunciado ao qual se vincula convencionalmente através do próprio dizer uma certa "força";

– realizar uma ação **perlocutória**, isto é, provocar efeitos na situação por intermédio da palavra (por exemplo, pode-se fazer uma pergunta – ato ilocutório – para interromper alguém, para embaraçá-lo, para mostrar que se está ali, etc.). O campo do perlocutório sai do contexto propriamente lingüístico.

Essa problemática dos atos de linguagem abriu debates tão consideráveis quanto sutis que não nos cabe expor aqui. Assinalaremos apenas o problema levantado pelos **atos de linguagem indiretos**.

Trata-se de atos de linguagem que são realizados não mais diretamente, mas através de outros atos. Assim, "será que o senhor poderia me passar a geléia?" constitui direta, literalmente, uma questão, mas deve ser decifrado pelo destinatário como um pedido. Deparamos aqui com o paradoxo de uma intenção abertamente disfarçada. O pedido é "disfarçado", porque se mascara por trás de uma questão, mas é também "aberto", pois a passagem do ato de linguagem primitivo ao ato derivado se realiza de maneira codificada entre os que falam o português: assim

que se ouve essa pergunta, interpreta-se-a de imediato como um pedido. Os estudiosos interessaram-se portanto por mecanismos que permitem que o destinatário derive a interpretação indireta. Para fórmulas codificadas como "será que o senhor gostaria...?" ou "será que o senhor poderia...?", isso levanta dificuldades bem menores do que nas frases mais alusivas. Por exemplo, se do enunciado "É tarde" for preciso derivar "vá embora!", nesse caso deve-se apelar maciçamente para as "leis do discurso" (ver *infra*, cap. 5).

Porém, a partir do momento em que se aborda o problema do sentido literal e do sentido derivado, encontram-se inevitavelmente muitas outras questões delicadas, em particular a dos tropos: como se interpretam, por exemplo, enunciados metafóricos como "Paulo é um jumento?" Chegou-se até a questionar se, ao contrário do que Austin acreditava, em enunciados com "prefixo" performativo ("*afirmo* que está chovendo", "*sugiro* que o tempo está bom"...), não se estaria diante de enunciados indiretos: dizer que se afirma ou que se sugere é realizar diretamente o ato de linguagem correspondente, ou apenas falar dele? Entre "está chovendo" e "afirmo que está chovendo", qual é primitivo? A resposta a esse tipo de questão envolve necessariamente opções filosóficas sobre a natureza do sentido e da linguagem[3].

As condições de sucesso

Dissemos que um ato de linguagem não é verdadeiro ou falso, mas "bem-sucedido" ou não. Essa distinção tem grandes conseqüências, pois se refere ao modo de inscrição dos enunciados na realidade. Além do simples respeito por regras propriamente gramaticais, parece que existe um certo número de condições de sucesso para um ato de linguagem. Qualquer um não pode dizer qualquer

3. Sobre essas questões, ver *Énoncés performatifs*, de F. Récanati, Paris, Minuit, 1981.

coisa em qualquer circunstância, e esse conjunto de condições torna o ato de linguagem pertinente ou não, legítimo ou não. Isso não é válido somente para as instituições exemplares, como a Justiça, a Igreja, o exército..., que regulamentam estritamente alguns exercícios do discurso. Um ato tão anódino quanto dar uma ordem, por exemplo, implica uma superioridade da parte do enunciador, a possibilidade material de o destinatário realizar o que se espera dele, etc. Mesmo o ato de afirmar, de colocar um enunciado como verdadeiro, é sujeito a condições de sucesso: o enunciador deve saber do que está falando, ser sincero, ser capaz de garantir o que adianta. Disso resulta que qualquer ato de linguagem implica uma rede de direitos e obrigações, um contexto jurídico específico para o enunciador e o destinatário.

Chegamos então à questão de se o ato é efetivamente realizado se por acaso essas condições de sucesso não estão todas reunidas. Alguém que promete fazer algo que sabe ser irrealizável ou que, fora de qualquer contexto judiciário, diz a seu vizinho que o condena à prisão, está realizando os atos de linguagem correspondentes? O assunto foi muito discutido. Quanto a nós, consideramos que o ato de linguagem é efetivamente realizado mesmo se for recebido como nulo ou não ocorrido. De fato, qualquer ato de linguagem tem pretensões, por sua própria enunciação, à legitimidade. Em outras palavras, aquele que profere um ato de linguagem não passa primeiro em revista o conjunto das condições exigidas para fazê-lo, mas *o próprio fato de ele estar enunciando* implica que essas condições estejam reunidas. Para dizer "eu vos amo" à rainha, Ruy Blas, criado disfarçado de grande de Espanha, não espera ter o direito a isso, mas concede-o a si através de sua enunciação em nome da idéia que tem da verdadeira nobreza .

A proferição de um ato de linguagem define necessariamente uma relação de *lugares* de ambas as partes, um pedido de reconhecimento do lugar que cada um vê lhe ser atribuído: quem sou eu para falar-lhe desse modo? Quem é ele para que eu lhe fale dessa maneira? Quem

ele se considera para me falar dessa maneira? etc. Em última instância, aqui está envolvida a questão da *identidade*. Na maioria das vezes, esse jogo passa despercebido, mas em algumas o discurso, em vez de confirmar as expectativas, supõe uma outra distribuição dos lugares; é isso que ocorre quando, em *A ilha dos escravos* de Marivaux, os escravos começam a dar ordens aos senhores. Nesse caso, o ato de força discursivo é mediatizado pela ilha, país estranho, onde os escravos são os senhores. Mais interessante é o caso do Sátiro da *Lenda dos séculos* de Victor Hugo: convocado pela assembléia dos deuses, colocado em posição de inferior e de acusado, em vez de se submeter, o Sátiro se lança num violento requisitório no qual prediz o desaparecimento dos seus ouvintes, dos deuses que o julgam, e conclui com essas palavras:

> Arredai Sou Pã; Júpiter! de joelhos.

Através de sua ordem, realiza discursivamente a derrubada da autoridade e atribui-se a identidade correspondente, a de um novo princípio divino. Em filigrana, é possível ler aí uma teatralização da *força* da própria palavra poética de Hugo, que é a de Deus:

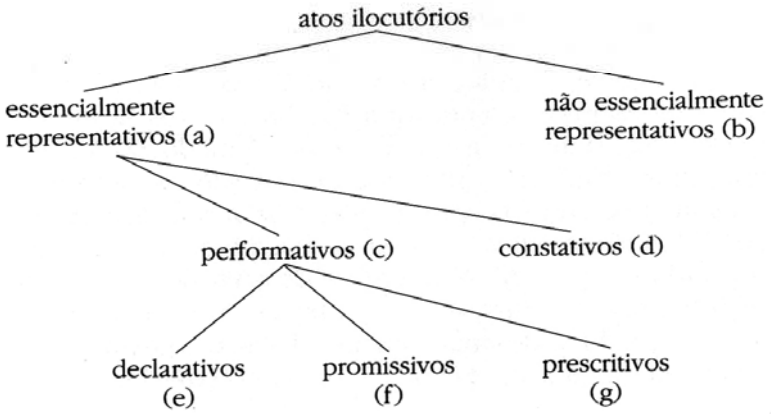
> Pois a palavra é o verbo e o Verbo é Deus

escreve nos *Castigos*. É a palavra do escritor proscrito que prevalecerá contra um poder político iníquo. Ao fazer isso, Hugo leva ao limite a pretensão ilocutória de qualquer enunciação.

Classificar os atos de linguagem

Empenhamo-nos, e o próprio Austin também, em classificar os atos de linguagem, ou, mais exatamente, os verbos que permitem exprimi-los. Existem dezenas de tentativas nesse sentido. A tarefa é muito árdua; não existe acordo sobre a lista dos elementos envolvidos, nem sobre os critérios pertinentes. Para dar uma idéia das cate-

gorias que utilizamos, damos a classificação de F. Récanati[4], ela própria inspirada no filósofo J. Searle:



(a) representando um estado de coisas
(b) exprimindo uma atitude social (*agradecer, desculpar-se...*)
(c) apresentando o estado de coisas como a ser realizado pela enunciação (*batizar, ordenar...*)
(d) apresentando o estado de coisas como dado independentemente do ato de enunciação (*afirmar, pretender...*)
(e) a transformação do estado de coisas é imediata, pois provocada pela própria enunciação (*condenar, decretar...*)
(f) a transformação está a cargo do locutor (*prometer...*)
(g) a transformação está a cargo do destinatário (*ordenar...*); o ato exprime a intenção de que o destinatário realize o estado de coisas devido à enunciação dessa intenção.

Porém, o estabelecimento de uma classificação exaustiva é bem problemático. Será necessário postular tantos atos numa língua quanto há verbos para exprimi-los? Cada verbo implica um ato distinto? Por exemplo, *sustentar* e *pretender* são necessariamente atos diferentes? Esses atos são relativos às diversas línguas naturais ou é possível estabelecer uma classificação independente delas? Muitos verbos não participam ao mesmo tempo de diversas categorias? Observaremos que existem na língua formas ilocutórias

4. *Op. cit.*, cap. 6.

às quais aparentemente nenhum verbo preciso corresponde: "*Ao diabo* com a avareza!" "*Vergonha a ti* que foste a primeira/a me ensinar a traição" (Musset)... Na mesma ordem de idéias, observaremos que se "Patife!" constitui um insulto, não é este o caso de "eu te insulto".

Os verbos performativos não passam eles próprios de conjuntos de verbos que permitem modalizar um enunciado. Tradicionalmente, são distinguidos dos verbos que os lógicos denominam **verbos de atitude proposicional.** Enquanto os primeiros realizam um ato de linguagem, os segundos manifestam a adesão do enunciador a seu enunciado, quer se trate dos **verbos de opinião** (*achar, saber, estimar...*), que se referem à verdade do conteúdo da proposição, quer de **verbos afetivos** (*alegrar-se, lamentar...*). A particularidade de todos esses verbos é poderem figurar em duas posições como introdutores ou em posição parentética (em inciso):

Afirmo (acho/alegro-me em) que ele está (esteja) ali com Leon
Ele está lá com Leon, afirmo-o (acho/alegro-me com isso)
Ele está lá, afirmo (acho/alegro-me com isso), com Leon

Evidentemente, essas duas posições não têm a mesma incidência semântica. Em posição de introdutor, o verbo impõe uma interpretação ao conjunto do enunciado que se segue a ele, enquanto, em inciso, parece acompanhar de maneira contingente o enunciado, como para corrigir o risco de uma má interpretação.

Todos esses verbos colocam em evidência um fato crucial, muito comumente negligenciado: o dito é inseparável do dizer, o enunciado é de certo modo repetido por uma espécie de comentário do enunciador sobre sua própria enunciação.

Os macroatos de linguagem

Quando nos interessamos não por enunciados isolados, mas por textos, como é o caso na literatura, não é

possível nos contentarmos em trabalhar com atos de linguagem elementar (prometer, predizer...). A pragmática *textual* é confrontada com seqüências mais ou menos longas de atos de linguagem que permitem estabelecer num nível superior um valor ilocutório global, o dos **macroatos de linguagem.** Voltamos a encontrar aqui a problemática dos *gêneros de discurso*; se o destinatário compreende a que gênero (um brinde no final do banquete, um sermão dominical, um panfleto político, etc.) pertence um conjunto de enunciados, tem deles uma interpretação adequada, que não resulta da simples soma dos atos de linguagem elementares. Isso é muito bem ilustrado em *No caminho de Swann*:

> Fazia um momento que Odette dava mostras de emoção e incerteza. Se não compreendia o sentido daquele discurso, via que podia ser qualificado no gênero comum das proclamações e cenas de censuras ou súplicas, e a experiência que tinha dos homens lhe permitia deduzir, sem atentar no detalhe das palavras, que não as pronunciariam se não estivessem apaixonados, que, a partir do momento em que estivessem apaixonados, era inútil obedecer-lhes, pois só ficariam ainda mais apaixonados depois.

Odette não compreendeu detalhadamente os enunciados de Swann, mas, como captou o tipo de macroato de que se tratava, sabe como reagir de modo apropriado.

Nem mesmo é necessário que o enunciado seja complexo para que o problema se coloque. Desse modo, interpretar corretamente um provérbio é nele ver não apenas uma asserção (por exemplo, "Pai avarento, filho pródigo"), mas também um gênero de discurso específico ao qual corresponde um macroato específico. O destinatário deverá compreender em particular que o enunciador não fala em seu nome, mas no da sabedoria das nações, que enuncia algo que deveria se aplicar à situação de enunciação, etc. Ainda nisso são exigidas condições de êxito. A problemática dos **gêneros** revela-se portanto crucial aqui; a partir do momento em que identificou a que gênero pertence um texto, o receptor é capaz de interpretá-lo e comportar-se de modo adequado a seu respeito. Na falta disso, pode ocorrer uma verdadeira paralisia.

Pode-se até ir mais longe do que os múltiplos gêneros da literatura e sustentar que o discurso literário enquanto tal constitui uma espécie de metagênero que supõe um ritual específico e condições de êxito; um texto literário só é recebido de modo adequado se for interpretado como literário. Todos lembram-se da comoção suscitada pelo artigo de jornal no qual M. Duras dizia "saber" que Christine Villemin matara seu filho; dependendo se o texto fosse ou não interpretado como literatura, entrava em circuitos de legitimação totalmente distintos. Ver literatura nesse texto era suspender qualquer relação com o real e subtrair o autor a qualquer responsabilidade.

Nesse ponto, o exemplo de Dom Quixote é particularmente didático. Sua loucura consiste no fato de que considera as lendas asserções não fictícias, de que não recebe o texto de acordo com as distribuições discursivas canônicas. Esse erro de pragmática textual vai ter uma incidência pragmática não textual, pois o cavaleiro parte pelas estradas para redimir os erros. A sutileza do ardil de Cervantes é que esse confronto com a realidade é ele próprio fictício...

Dizer/mostrar

A teoria dos atos de linguagem afirma que qualquer enunciado esconde uma dimensão ilocutória. Esse componente semântico, porém, não se apresenta da mesma maneira que seu conteúdo proposicional. Quando se emprega, por exemplo, um imperativo para dar uma ordem, não se *diz* no enunciado que é uma ordem, mas *mostra-se* dizendo-o. Da mesma maneira, quando se produz o enunciado "está chovendo", não se *diz* que é uma asserção, *mostra-se* que é através de sua enunciação. Para que o ato de linguagem seja bem-sucedido, é preciso que o enunciador consiga fazer o destinatário reconhecer sua

intenção de realizar um certo ato, exatamente aquele que mostra enunciando. Um enunciado só é plenamente um enunciado quando se apresenta exprimindo uma intenção desse tipo com relação ao destinatário, e o sentido do enunciado é essa própria intenção.

Esse sentido que se "mostra" nos conduz ao centro do dispositivo pragmático, à reflexividade da enunciação, isto é, ao fato de que o ato de enunciação se reflete no enunciado. Para uma concepção da linguagem ingênua, os enunciados são de certo modo transparentes; devem se apagar diante do estado de coisas que representam. Em compensação, na perspectiva pragmática, um enunciado só consegue representar um estado de coisas distinto dele se **mostrar** também sua própria enunciação. Dizer algo parece inseparável do gesto que consiste em mostrar que se diz. Isso se manifesta não apenas através dos atos de linguagem, mas também através dos embreantes; qualquer enunciado tem marcas de pessoa e de tempo que refletem sua enunciação, coloca-se mostrando o ato que o faz surgir.

Seria portanto redutor opor, como muitas vezes se faz, um uso "comum" da linguagem, em que esta última seria transparente e utilitária, a um uso "literário", em que ela se tornaria opaca, considerando-se ela própria uma finalidade. Ter-se-á reconhecido o tema estruturalista da "intransitividade" da linguagem literária. De fato, a idéia de uma linguagem idealmente transparente às coisas não é verdadeira nem mesmo para o discurso mais comum, já que a enunciação deixa sempre seu vestígio no enunciado e que a linguagem só pode designar designando-se.

A linguagem como instituição

Para que os atos de linguagem sejam bem-sucedidos, é preciso, como vimos, que certas condições estejam reunidas. O ato de cumprimentar, por exemplo, é enunciado de modo apropriado se estamos vendo alguém pela primeira vez naquele dia, se existir um laço entre os interlocutores que exige que se o faça, se o destinatário for

capaz de percebê-lo, se for acompanhado de uma certa mímica e de certos gestos, etc. Esse ato só adquire sentido dentro de um código, de regras compartilhadas através do qual é possível fazer com que o outro reconheça que se está realizando o ato em questão.

A linguagem define desse modo uma vasta **instituição** que garante a validade e o sentido de cada um dos atos no exercício do discurso. Aparentemente, não é possível separar com radicalidade atos de linguagem e atos propriamente sociais; entre *afirmar* e *batizar*, não há solução de continuidade, mas atos situados em pólos opostos da mesma escala. Com muita freqüência, o êxito do ato de linguagem depende ao mesmo tempo de condições sociais e de condições lingüísticas. Deve-se contudo distinguir os atos cujo êxito é realmente sancionado pela sociedade (assim, batizar ou casar são declarados ou não válidos pela Igreja ou pela justiça) dos que são efetivamente realizados apenas pela enunciação (pedir, sugerir...).

Quando Saussure definia a "língua" como uma instituição, encarava-a como um "tesouro" de signos transmitidos de geração em geração, remetendo a atividade da linguagem à "palavra"; a pragmática mantém a idéia de que a língua é uma instituição, mas confere-lhe um novo relevo. Isso caminha junto com um deslocamento significativo da noção de "código lingüístico". Na lingüística estrutural, o código era relacionado com os sistemas de transmissão de informações (codificação/decodificação...), enquanto para a pragmática esse termo se vincula à sua acepção jurídica, sendo a atividade discursiva supostamente regida por uma *deontologia* complexa, suspensa à questão da legitimidade. Nessa perspectiva, *falar e mostrar que se tem o direito de falar como se está falando não são separáveis*.

Se a atividade discursiva é governada por princípios pretensamente conhecidos por interlocutores que os reivindicam para agir sobre o outro, desemboca-se muito naturalmente numa problemática das *regras do jogo*.

Em *Curso de lingüística geral* de Saussure, a célebre comparação da "língua" com um jogo de xadrez permite

ilustrar os conceitos de valor e de sincronia. O que, em compensação, interessa a pragmática, é, antes de mais nada, a própria dinâmica da partida, sua dimensão agônica. Como no tênis ou no xadrez, os parceiros do intercâmbio verbal participam de um mesmo jogo, que oferece as condições de um confronto ritualizado feito de estratégias locais ou globais, o tempo todo redefinidas em função das antecipações dos protagonistas.

O filósofo da linguagem John Searle insistiu no caráter *constitutivo* dessas regras do jogo. Enquanto as regras de trânsito regulam uma atividade independente delas, as regras do tênis, assim como as do intercâmbio discursivo, *constituem* essas atividades; ganhar um set ou sacar só têm sentido na instituição lúdica que é o tênis e através dela (fora do tênis e alguns outros jogos, sacar não é mandar uma bola do outro lado da rede), afirmar, prometer, pedir... só têm sentido na instituição da linguagem e através dela. Na continuidade do pensamento de Austin, a linguagem aparece portanto como uma instituição que permite realizar atos que só adquirem sentido através dela.

Isso não quer dizer que a atividade discursiva é um jogo sem conseqüências que se oporia à seriedade do universo não-verbal. Ao contrário, colocando que, de certo modo, dizer é fazer, inscrevendo o discurso num contexto institucional, a pragmática tende a contestar a imemorial oposição entre os termos e a "realidade", resumida pelo famoso "words, words, words", de Hamlet.

Nessa mesma linha de pensamento, o discurso literário também aparece como uma instituição, com seus rituais enunciativos dos quais os gêneros são a manifestação mais evidente. É dentro dessa instituição que uma égloga ou uma comédia adquirem sentido e, mais amplamente, que a comunicação literária se estabelece de maneira apropriada. Com isso, a pragmática desenvolve uma concepção da literatura bastante diferente da imposta pelo romantismo, que privilegiava a "visão pessoal" do autor (ou de um sujeito coletivo) e relegava a segundo plano os rituais discursivos da instituição literária. Nas

ciências humanas, isso aliás caminha junto com um refluxo da macrossociologia em proveito de uma etnologia das interações.

Interação

A problemática dos atos de linguagem e o conjunto das correntes pragmáticas proporcionam um papel crucial à interação discursiva, a ponto de, para alguns, esse traço bastar para inscrever uma pesquisa na órbita pragmática. Visto que a linguagem não é mais concebida como um meio de os locutores exprimirem seus pensamentos ou até transmitirem informações, mas antes como uma atividade que modifica uma situação, fazendo com que o outro reconheça uma intenção pragmática; visto que a enunciação é pensada como um ritual baseado em princípios de cooperação entre os participantes do processo enunciativo, a instância pertinente em matéria de discurso não será mais o enunciador, mas *o par formado pelo locutor e pelo interlocutor*, o enunciador e seu **co-enunciador**, para retomar um termo de A. Culioli. O EU não passa do correlato do TU, um TU virtual; o presente da enunciação não é apenas o do enunciador, mas um presente compartilhado, o da interlocução. Nisso a pragmática rompe com uma certa lingüística estrutural, mas proporciona uma nova força à concepção saussuriana que via na língua uma *instituição* cuja estabilidade era garantida pelo murmúrio incessante dos *intercâmbios* verbais.

Insiste-se muito desse modo na idéia de que o enunciador constrói seu enunciado em função do que o coenunciador já disse, mas também em função de hipóteses que ele estrutura sobre as capacidades interpretativas desse último. O trabalho de antecipação, o recurso a estratégias sutis destinadas a controlar, a condicionar o processo interpretativo não são uma dimensão acessória, mas constitutiva do discurso. Consideremos esse fragmento de *No caminho de Swann* em que, durante um jantar, Madame Cottard fala a Swann de uma peça de teatro na moda que ainda não viu.

> Mas bem sabe o senhor que tudo está na maneira de contar –, disse ela ao ver que Swann conservava um ar grave.
>
> E, supondo que talvez fosse porque ele não gostasse de *Francillon*:
>
> – Aliás, acho que terei uma decepção. Não acho que se compare a *Serge Panine*, o ídolo da senhora de Crécy (...)

Enquanto fala, perscruta seu interlocutor, do qual tenta obter reconhecimento. Ao constatar sua frieza, desvia de seu assunto com um "mas" (sobre o "mas", ver cap. 3), acompanhado de um "bem sabe o senhor", que solicita a conivência do co-enunciador, pedindo-lhe que compartilhe a responsabilidade do dizer. Essa mudança de rumo que deve lhe permitir reconquistar o terreno perdido supõe a elaboração de uma nova estratégia, baseada numa hipótese, errônea. "Aliás" garante a continuidade de seu assunto, ao mesmo tempo que marca a abertura da nova orientação, baseada num recuo tático. O "acho", em posição de introdutor, associado ao futuro simples, implica uma forte assunção enunciativa, aparentemente necessária para restabelecer rapidamente a situação. O enunciado que se segue vai no mesmo sentido, com o reemprego do "acho" e a lembrança dos gostos de Odette. Essa lembrança destina-se, evidentemente, a obter a adesão de Swann: como a senhora Cottard sabe que ele está apaixonado por Odette, infere disso que deve gostar do que a última gosta. Com habilidade, finge evocar como de passagem, como uma informação acessória ("o ídolo da senhora de Crécy" é colocado em aposição), o que na realidade é o pivô de toda a sua estratégia, a razão de ser de seu enunciado.

Nesse exemplo, fica claro que o discurso se apresenta menos como a expressão de uma interioridade do que como uma rede complexa e movente de **estratégias**, na qual o enunciador tenta valorizar-se e superar as ameaças de desvalorização. Sabendo que Swann é ao mesmo tempo um esteta e um mundano muito conceituado, a senhora Cottard teme que ele tenha uma imagem negativa dela. É essa inquietação que a leva a perscrutar suas reações e a mudar, ao menor perigo, o curso de sua enunciação. Esse comportamento tem valor exemplar: a palavra do enunciador deve voltar a ela aprovada pelas mímicas, pelos olhares do co-enunciador. A conivência é o espaço no qual o discurso entende proferir.

Os enunciadores não se contentam portanto em transmitir conteúdos representativos, empenham-se constantemente em posicionar-se através do que dizem, a afirmar-se afirmando, negociando sua própria emergência no discurso ("permito-me dizer-vos que..."), antecipando as reações do outro ("vós ireis me dizer que..."), etc.

Na perspectiva pragmática, a interpretação dos enunciados não é considerada como uma disposição de unidades dotadas de sentido que bastaria identificar e combinar, mas antes como uma rede de instruções que permitem que o co-enunciador construa o sentido. Às hipóteses do enunciador sobre seu destinatário correspondem, assim, as do último sobre o enunciador. Todas essas hipóteses baseiam-se em normas e lugares-comuns que supostamente os locutores de uma língua compartilham quando discorrem. Disso resulta uma *dissimetria* radical entre enunciação e recepção, como A. Culioli explica:

> Todo enunciado supõe um ato dissimétrico de enunciação, produção e reconhecimento interpretativo. Reduzir a enunciação apenas à produção é, afinal de contas, não compreender que a enunciação não tem sentido sem uma dupla intenção de significação entre os respectivos enunciadores. Os últimos são ao mesmo tempo emissor e receptor, não apenas em sucessão, mas no próprio momento da enunciação[5].

Somos levados assim a proporcionar todo o peso aos comentários que o enunciador faz sobre seu próprio

5. "Sobre algumas contradições em lingüística", *Communications*, nº 20, 1973, p. 86.

dizer. Reformulando, antecipando as reações do outro, ele esforça-se por controlar uma interpretação que, de fato, jamais pode dominar por completo.

A primazia proporcionada à interação não significa que qualquer enunciado seja de direito um *diálogo*, uma conversa mantida por indivíduos em presença um do outro. É particularmente evidente para o discurso literário, muitos gêneros do qual supõem uma distância essencial entre o escritor e o destinatário, mas é verdadeiro também em muitos gêneros não literários. Não se irá confundir diálogo e *dimensão dialógica*; qualquer enunciado é naturalmente dialógico, no sentido de que não poderia ser analisado de forma válida se não se o apreendesse em sua orientação para o outro. Encontramos aí uma das idéias fundamentais do lingüista russo M. Bakhtin, reivindicadas por muitos pragmáticos:

> Qualquer enunciado é concebido em função de um ouvinte, isto é, de sua *compreensão* e de sua *resposta* – não a sua resposta imediata, é claro, pois não se deve interromper um orador ou um conferencista com observações pessoais; mas também em função de sua concordância, de seu desacordo ou, em outras palavras, da percepção avaliativa do ouvinte (...) Sabemos doravante que qualquer discurso é um discurso *dialógico*, orientado para alguém que seja capaz de compreendê-lo e a ele dar uma resposta, real ou virtual[6].

Num plano mais empírico, essa preocupação vai conduzir os lingüistas a restituir todo o peso a marcadores pragmáticos muitas vezes negligenciados. Além dos múltiplos fenômenos de heterogeneidade enunciativa (discurso relatado, ironia, aspas, etc.), que convertem um texto em uma encruzilhada de vozes, insiste-se nesses elementos que associam em doses variáveis valores de articulação textual, de argumentação e de interação de conversa: "Como!" "Ora!" "Meu Deus!", "bem" (por exemplo,

6. T. Todorov, *Mikhail Bakhtin. Le principe dialogique. Suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine*, col. "Poétique", Seuil, 1981, pp. 292 e 298.

em "bem sei que..."), "decerto", etc. Nessa perspectiva desenvolveu-se um dos campos de pesquisa mais ativos da pragmática, **a análise da conversação**, muito influenciada pela sociologia "etnometodologista" americana[7]. Esse tipo de trabalho acrescenta-se às pesquisas sobre a argumentação, que igualmente estudam os sutis jogos tecidos pelos interlocutores durante a dinâmica comunicativa; o encadeamento de suas intervenções é aí estreitamente dependente de estratégias de captação da palavra, de um trabalho implícito de negociação permanente. No horizonte dessa perspectiva, esboça-se a idéia de que é possível identificar o sentido do discurso às suas estratégias, à sua dinâmica e a seu objetivo. Assiste-se então a uma reavaliação de tudo o que é possível se exprimir no discurso em termos de estratégia. Ao colocar como epígrafe da revista *Sémantikos* o adágio *homo homini lupus* (o homem é um lobo para o homem), um pragmático como O. Ducrot mostra bem a relação estreita entre semântica e polêmica, no sentido amplo. O diálogo é menos um intercâmbio harmonioso de informações do que uma rede flexível na qual cada um tenta aprisionar seu co-enunciador.

Essa presença constante do outro, esse confronto enunciativo tácito trai-se de mil maneiras. Basta orientar a perspectiva de análise nesse sentido dialógico para que uma profusão de elementos tenha acesso a uma legibilidade. Por exemplo, apenas o fato de explicitar um prefixo performativo é percebido como polêmico: "está chovendo" não é "afirmo que está chovendo", o último enunciado supondo um campo de contestação, virtual ou real. Da mesma maneira, "sei que está chovendo", comparado

7. Para essa corrente, consulte-se em francês *Engager la conversation* de John Gumperz, Paris, Minuit, 1989; sobre E. Goffman, *Le parler frais d'Erving Goffman*, atos do colóquio dirigido por R. Castel, J. Cosnier e I. Joseph, Paris, Minuit, 1989. Os trabalhos mais avançados em matéria de análise da conversação são os da "escola de Genebra"; pode-se ler de E. Roulet *et al. L'articulation du discours en français contemporain*, Berna, Lang, 1985, e a obra de J. Moeschler citada no final desse capítulo. Citemos ainda, sob a direção de J. Cosnier e C. Kerbrat-Orecchioni, *Décrire la conversation*, Presses Universitaires de Lyon, 1989.

com o simples "está chovendo", colore-se de uma ponta de refutação, pois qualquer assunção enunciativa forte parece dirigida contra uma outra enunciação. Quando Dom Diego diz ao conde, "Eu sei, servis bem ao rei" (*O Cid*, I, 3), esse "saber" é de fato percebido como um ato de concessão às bravatas de seu interlocutor. Porém, quando Rodrigo diz ao mesmo conde

> Sabes que esse ancião foi a própria virtude
> A valentia e a honra de seu tempo, sabes?
>
> (II, 2)

sua pergunta não concerne de fato à extensão do saber do conde, mas informa-lhe por sua própria enunciação que ele *deve* saber. Como na preterição retórica, na qual se diz o que se pretende não querer dizer ("não vou descrever"), aqui se indicam, a pretexto de se informar, conhecimentos do outro. A repetição do "sabes" (retomada mais duas vezes adiante no texto) teatraliza a iniciativa de Rodrigo, sua decisão de encerrar sem preâmbulos o conde em sua palavra. Ele se mostra seguro de seu direito, tanto no código discursivo quanto no código aristocrático; permitindo-se tratar o conde por tu, reiterar sua fórmula e construindo um interrogatório, ele lhe impõe seu discurso e, por aí mesmo o desafia, contestando o estatuto que o conde se atribui e o que o conde lhe atribui.

Uma encruzilhada de vozes

A distinção entre *diálogo* e *dimensão dialógica* conduz à evidenciação do valor interativo de qualquer enunciado. Esta, aliás, não é exibida apenas no teatro. Adquiriu-se o hábito de remeter à "retórica", na maioria das vezes com uma intenção pejorativa, os textos desse tipo. Porém proceder dessa maneira é dispensar-se de analisá-los e excluí-los implicitamente da verdadeira literatura, que deveria ser "sincera", "sem efeitos". Ora, esta é uma imagem do discurso literário herdada do romantismo, que

oculta uma parcela considerável do *corpus*. Mesmo num texto narrativo autobiográfico, a dimensão dialógica pode se tornar particularmente vistosa. Viajando pela Boêmia numa bela noite, Chateaubriand evoca as noites de Roma e cria o personagem de uma jovem italiana, Cíntia (nome de uma mulher celebrada pelo poeta latino Propércio):

> Escutai! a ninfa Egéria canta à beira de sua fonte; o rouxinol é ouvido na vinha do hipogeu dos Cipiões; a brisa enlanguescida da Síria traz-nos indolentemente o odor das tuberosas selvagens. A palmeira da *villa* abandonada balança semi-imersa na ametista e no azul das claridades febeanas. Mas, tu, empalidecida pelos reflexos da candura de Diana, ó, Cíntia, és mil vezes mais graciosa que essa palmeira. Os manes de Délia, de Lalagé, de Lídia, de Lésbia, pousados em cornijas estragadas, balbuciam ao redor de ti palavras misteriosas. Teus olhares cruzam-se com os das estrelas e mesclam-se a seus raios.
>
> Mas, Cíntia, de verdadeiro só existe a felicidade de que podes usufruir. Essas constelações tão brilhantes sobre tua cabeça só se harmonizam às tuas felicidades pela ilusão de uma perspectiva enganadora. Jovem italiana, o tempo foge! sobre esses tapetes de flores, tuas companheiras já passaram.
>
> (*Memórias de além-túmulo*)

Aqui absolutamente não se trata de um texto em situação oratória, mas percebe-se com clareza a encenação de duas interações imbricadas: uma entre o narrador e o leitor, diretamente interpelado, a outra entre o narrador e o personagem de Cíntia. São as conexões argumentativas, os vocativos e os TU que estruturam esse texto no qual se fundamentam o *ver* e o *dizer*, a construção de um espaço pictural e a enunciação (cf. a alusão à "perspectiva enganadora"). Existe aqui uma encenação dupla, a de um quadro e a da palavra, uma teatralidade de duplo alcance. Uma análise que esquecesse a segunda em proveito da primeira falharia evidentemente em seu objetivo.

A perspectiva pragmática permite insistir igualmente em dois outros pontos: *o ato de leitura* e *a intertextualidade*.

Todos devem ter observado que o texto de Chateaubriand supõe um leitor particularmente culto, que sabe quem é Cíntia, a ninfa Egéria, Délia, Lalagé, que encontra Febo por trás de "febeanas", etc. Trata-se aqui de um aspecto importante ao qual voltaremos (no cap. 2): o texto constrói uma certa posição de leitura (no caso, alguém que teria uma cultura greco-latina sólida) e implica por aí um espaço de conivência através das estratégias de decifração que ele impõe. Mas isso absolutamente não exclui decifrações lacunares e até errôneas.

Ademais, dando à sua personagem o nome de uma mulher celebrada por um poeta da Antiguidade romana, evocando Délia, cantada por Tibulo, Lalagé e Lídia cantadas por Horácio, Lésbia, cantada por Catulo, subsumindo-as todas sob o personagem de Egéria, o autor inscreve obliquamente sua enunciação no murmúrio dessas palavras poéticas anteriores. Legitima seu dizer colocando em cena sua própria inspiradora, Cíntia (ao mesmo tempo antiga e atual), rodeada do "balbuciar" das "palavras misteriosas" das outras inspiradoras. Além, o texto supõe um dialogismo constitutivo entre a literatura de Chateaubriand e a literatura latina, a participação em um espaço retórico comum e no modo de leitura que este prescreve.

Transtextualidade

Muitos textos aparecem desse modo como uma verdadeira encruzilhada intertextual em que a palavra do enunciador é constantemente habitada por outras, tecida de seu eco. Durante séculos, a maior parte da literatura francesa constituiu uma espécie de palimpsesto: só era acessível a leitores familiarizados com a cultura greco-latina. Existia um vasto espaço de "humanidades", duas vezes milenar, dentro do qual circulavam os textos. Essa intertextualidade, porém, não passa de um aspecto particularmente vistoso de um fenômeno que se refere ao conjunto das obras literárias, o da **transtextualidade**, para repetir um termo de G. Genette.

Para o último, o estudo da literatura coincide com o da transtextualidade, a "transcendência textual do texto", "tudo o que o coloca em relação, manifesta ou secreta, com outros textos"[8]. Ele prolonga o pensamento de Bakhtin, para quem "o discurso encontra o discurso do outro em todos os caminhos que o levam rumo a seu objeto, e não pode não entrar com ele em interação viva e intensa. Só o Adão mítico, abordando com o primeiro discurso um mundo virgem e ainda não dito, o solitário Adão, podia de fato evitar absolutamente essa reorientação mútua com relação ao discurso do outro"[9].

G. Genette distingue vários tipos de transtextualidade:

- a **intertextualidade**, que supõe a co-presença de pelo menos dois textos (alusões, citações, plagiato...), é a relação mais visível;
- a **paratextualidade**: título, advertências, prefácios, posfácios, notas, etc.;
- a **metatextualidade**: as diversas formas de comentário;
- a **arquitextualidade**: são as designações genéricas (comédia, novela...), que não são necessariamente expressas;
- a **hipertextualidade**: as relações que unem um texto que se enxerta num texto anterior, por transformação ou imitação.

A produção literária consiste menos em fazer surgir *ex nihilo* do que em deslocar, inverter, etc. o já dito. De certo modo, só é legível o que corresponde a esquemas já interiorizados. Não se conseguiria contudo permanecer na "utopia borgesiana de uma literatura em transfusão perpétua (ou perfusão transtextual) constantemente presente a si mesma em sua totalidade e como Totalidade"[10]. Cada obra, cada gênero define sua identidade por sua maneira de gerar a transtextualidade e é sobre esse trabalho diferenciador que convém concentrar a atenção.

---

8. G. Genette, *Palimpsestes*, Seuil, 1982, p. 7.
9. T. Todorov, *op. cit.*, p. 98.
10. G. Genette, *op. cit.*, p. 453.

Ficção e ato de linguagem

A relação entre os atos de linguagem e a literatura pode ir além de uma simples consideração dos aportes da pragmática à reflexão sobre a língua. É com efeito tentador caracterizar a especificidade dos enunciados literários em termos de atos de linguagem. Que valor ilocutório tem um enunciado fictício? Foi assim que Searle questionou "o estatuto lógico do discurso da ficção"[11], sublinhando que uma narrativa fictícia não corresponde às condições de êxito de uma verdadeira asserção: o enunciador não é sincero e não se compromete, não responde pela verdade de seus dizeres. Para Searle, as ficções seriam portanto asserções que o autor finge enunciar. Existiria na atitude do locutor uma espécie de suspense do valor ilocutório.

Todavia, deve-se estar atento para o fato de que a noção de ficção não coincide absolutamente com a de literatura (a conversa mais banal está recheada de enunciados de ficção) e de que a literatura é constituída de *obras* e não de enunciados isolados. Não se conseguiria reduzir a ficção literária a uma atitude do locutor com relação à sua própria enunciação, pois uma das singularidades do discurso literário é precisamente tornar problemática a própria noção de enunciador, dissociar o indivíduo que escreve das representações do autor que a instituição literária permite definir.

G. Genette propôs conceber as ficções narrativas como o resultado de um ato de linguagem indireta[12]. Para ele, são de fato asserções fingidas, mas que produzem indiretamente uma obra; o autor faz uma espécie de ato declarativo que modifica a realidade em virtude dos poderes que lhe são conferidos por sua condição de autor. Esse ato declarativo instaura o estado provocado por sua enunciação. Da mesma forma que "a sessão está aberta", emitida pela pessoa qualificada, realiza de forma indireta o estado que esse enunciado pretensamente descreve, os enunciados da ficção instituiriam no espírito do leitor o mundo que eles pretensamente representam. O enunciador produziria portanto diretamente uma asserção fingida e indiretamente uma declaração ("decreto ficcionalmente que..."), a menos que não se prefira ver aí um pedido ("Imagine que...").

Nesse tipo de abordagem, é possível distinguir duas tendências principais. Para uma delas, existiriam atos de linguagem específicos da literatura (quer sejam diretos, quer indiretos); para o outro, o discurso literário seria uma imitação de atos de linguagem "sérios" que o autor fingiria enunciar. Alguns esforçam-se por encontrar soluções de compromisso. Assim, Mary Louise Pratt[13], que vê nas narrativas literárias um tipo de enunciado pertencente a uma classe mais vasta, a dos "textos narrativos exibidos" (*narrative display texts*), que pretendem mais intrigar, divertir, do que informar, que se apresentam de imediato como dignos de serem contados. Por sua situação de enunciação muito singular, os textos literários beneficiam-se ademais de uma recepção "hiperprotegida", na qual o leitor concede um máximo de crédito ao autor. Em tal perspectiva, a narrativa literária, ao mesmo tempo que permanece vinculada às narrativas comuns, vê ser-lhe atribuída uma condição específica.

Só evocamos essas reflexões para mostrar uma articulação possível do discurso literário e da pragmática. Quaisquer que sejam as soluções adotadas, somos sempre obrigados num momento ou em outro a marcar uma separação entre um regime literário e um regime não-literário dos discursos. Porém, qualquer ruptura radical parece de imediato ilegítima; recusamo-nos a praticar a segre-

11. "Le statut logique du discours de la fiction": artigo de 1975 retomado em *Sens et expression*, Paris, Minuit, 1982.

12. "Le statut pragmatique de la fiction narrative", *Poétique*, 78, abril, 1988, pp. 237-249. Sobre essa questão, pode-se também ler T. Pavel, *Univers de la fiction*, Paris, Seuil, 1988; C. Jacquenod, *Contribution à une étude du concept de fiction*, Berna, Lang, 1988; R. Martin, "Le paradoxe de la fiction narrative", *Le français moderne*, nºs 3-4, 1988.

13. *Towards a Speech Act Theory of Literary Discourse*, Bloomington, Indiana University Press, 1977.

gação, a dividir o exercício da linguagem em campos estanques.

Nessas tentativas de definição do fato literário em termos de pragmática, é possível ver uma espécie de equivalente dos critérios de "literalidade", que os estruturalistas buscaram desesperadamente. De um e de outro lado, trata-se de destacar propriedades que seriam específicas da literatura. No contexto estruturalista, buscavam-se propriedades de estrutura; no contexto da pragmática, opera-se no nível ilocutório. O que está em jogo aqui é a possibilidade de conferir um estatuto à literatura, destinar-lhe um setor delimitado no universo do discurso. Ora, parece-nos que, se a literatura tem algo de "próprio", é antes um poder de desestabilização que exige dos teóricos soluções sofisticadas, mas constantemente insuficientes.

Não se tirará a conclusão precipitada de que qualquer saber literário é impossível, mas que é preciso saber manter uma certa reserva quando se pretende "aplicar" com toda a inocência aos textos literários modos de reflexão e ferramentas de análise que foram forjadas para a língua.